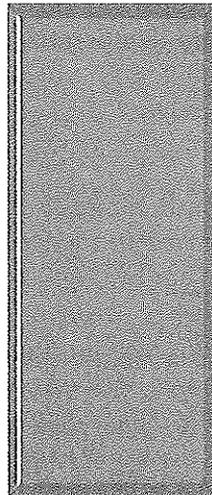


Jussara Santos Pimenta (*)

Pré-Escola: necessidade ou regalia?

(*) Aluna do Mestrado em Educação da PUC – Rio de Janeiro. Bolsista do CNPq



RESUMO

Este artigo trata de algumas questões acerca da pré-escola brasileira e de como as mudanças ocorridas na família contemporânea, na maioria das vezes desfavoráveis à criança, influíram nessa instituição. A pré-escola apresenta-se como oportunidade de se reduzir os efeitos negativos dessas novas condições, enquanto veículo social de partilha no processo de cuidado educacional. Observamos que a função da escola está menos relacionada com a idéia de educação e mais com a função de guardar, assistir ou compensar as deficiências da criança, atribuídas às condições de carência, pobreza ou negligência das famílias. Assim, faz-se necessário voltar a atenção a algumas questões que possam minimizar os possíveis desvios, a fim de verdadeiramente democratizar o acesso das famílias à educação pré-escolar.

ABSTRACT

This article focuses on basic school (kindergarten) in Brazil, concerning some changes occurred in the structure of the contemporary family, which are in most cases disadvantageous to children. The basic school shares with families the function of caring and educating children, so it can reduce the negative effects of this new situation. It can be observed that the role of school is less related to the idea of education and more to that one of keeping, assisting or compensating the child's deficiencies, due to the poverty or negligence of families. Thus, it is necessary to attempt to some factors that might minimize possible deviations and open the access of families to basic school.

“A escola espoliou as famílias (...) quando tentou suprir e, depois, substituir a função educadora que lhes cabia.”

Vital Didonet

A despeito do reconhecimento de sua necessidade, a Pré-Escola no Brasil é, ainda, muito incipiente, pouco difundida, atingindo minúscula parcela do universo de crianças em idade pré-escolar. A falta de uma política nacional de educação pré-escolar faz com que a grande maioria da clientela com idade de 0 a 6 anos, principalmente das camadas populares, não tenha acesso a essa modalidade de ensino. Dessa forma, a grande maioria das crianças que freqüentam creches e pré-escolas provém das classes média e alta e estão, preferencialmente, matriculadas em instituições particulares. As camadas populares, quando têm acesso, freqüentam, essencialmente, instituições de ensino público, onde, na maioria dos casos, observa-se a ênfase na filosofia dos programas e no atendimento proposto, de concepções diversas, muitas delas de caráter predominantemente assistencialista. O desconhecimento das características e necessidades das crianças dessa faixa etária em particular, por parte dos órgãos governamentais, educadores, família e comunidade, acarreta atendimentos unilaterais, diversificados, deficientes e distorcidos. Segundo Saldias (1992), “...um emaranhado de confusões permeia as práticas artesanais e, na maioria das vezes, meramente intuitivas com as quais se debatem os que se ocupam da criança de 0 a 6 anos e 9 meses.” Vale acrescentar que esse desconhecimento prevalece tanto em instituições públicas como particulares.

Acrescido a esses, outros fatores podem ser considerados como limitantes do bom atendimento nessas instituições, tais como a inexistência de programas especiais nas escolas para integração da família nas atividades da mesma e, também, a indefinição da responsabilidade da família na educação pré-escolar, motivo principal deste artigo.

Analisando o histórico das instituições pré-escolares, podemos observar que, no início, a função da escola estava menos relacionada com a idéia de educação e mais com a função de guardar, assistir ou compensar as deficiências da criança, atribuídas às condições de carência, pobreza ou negligência de suas famílias. Também não havia qualquer proposta que privilegiasse a integração da família ao ambiente escolar.

Dois fatos, principalmente, concorreram para determinar mudanças na fisionomia da sociedade brasileira: a urbanização e a industrialização, ambas

ocorridas a partir da década de 30. Consequentemente, ocorreram transformações fundamentais nas condições de trabalho, habitação e no modo de vida em geral, que, obviamente, afetaram a instituição familiar e, particularmente, a população infantil.

Nesse amplo quadro de mudanças ocorridas no papel social da família contemporânea, na maioria das vezes, desfavoráveis à criança, a instituição pré-escolar apresentou-se como oportunidade de se reduzir os efeitos negativos dessas novas condições, enquanto veículo social de partilha no processo de cuidado e educação da criança.

A participação da família e da comunidade no espaço escolar tem sido abordada e defendida como indispensável "tanto pelos órgãos definidores da política de atendimento à criança de 0 a 6 anos (...) como também pela própria população" (Campos, 1987). Mesmo assim, a importância do processo interativo escola-família-comunidade não se encontra definida na grande maioria das escolas, sejam elas públicas ou privadas. O que se tem observado é que, mesmo havendo um acordo no que se refere à essa parceria, a experiência tem demonstrado que ocorrem desvios na operacionalização dessas propostas. Assim, prevalece uma maior influência da escola sobre a família do que desta sobre a escola, uma vez que a escola se coloca como "modelo" nesse processo. Observa-se, também, que a comunidade só é chamada à participação na execução, e quase nunca na elaboração das propostas. E é freqüente a família e a comunidade serem incluídas como mão-de-obra barata em atividades menores.

Entendemos que a pré-escola deve-se constituir no espaço físico e social a que toda a criança tem direito. As ações devem estar centradas de modo a garantir condições para que o desenvolvimento da criança seja estimulado em todos os aspectos. Longe de ser a única que requer a participação dos pais, a pré-escola possui características próprias que tornam imprescindível a participação efetiva dos pais na elaboração, execução e avaliação do currículo, na tomada de decisões e na execução de determinadas atividades inerentes ao espaço escolar, tendo como preocupação central a criança. Tal parceria "possibilita à família compreender melhor o que deve ser esperado da criança e auxilia a escola a entender o contexto familiar e social em que a criança vive" (D'Antola, 1983).

Apesar de amplamente discutidas, muitas destas questões continuam longe de serem equacionadas. Para tanto, faz-se necessário revê-las, de forma sistemática, a fim de se buscarem subsídios para a viabilização de propostas mais coerentes e condizentes com a nossa realidade social.

Dúvidas fundamentais emergem, sobretudo apontando para a necessidade de mudanças e transformações significativas e eficientes. Assim, é preciso investigar mais detalhadamente quais as expectativas da criança e da família com relação à Pré-Escola; buscar saber se a Pré-Escola que pretendemos opõe, substitui ou complementa a ação da família e que relação deve existir entre a escola e a família de forma a suprir as necessidades da criança para que a mesma se desenvolva adequada e harmoniosamente. Se a escola fornece contribuições positivas, que tipo de hábitos, atitudes, costumes e relações entre os elementos da família, seus participantes e a criança irão se estabelecer. É necessário saber como a inserção da família na escola afeta o comportamento e o relacionamento dos sujeitos com a comunidade; de que maneira essas mudanças são transferidas para sua vida pessoal e familiar, ou seja, até que ponto a escola estaria ampliando seus efeitos sociais. Que benefícios a escola obtém da parceria com as famílias, se essa parceria é uma idéia viável para a Pré-Escola e, se é realmente possível estabelecer trocas culturais a partir dessa parceria. Deve também ser considerada a necessidade de transformar a escola em um núcleo gerador de cultura que, junto com outras instituições da comunidade, atue de forma integrada com a participação da população, objetivando a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos. Como envolver escola e comunidade em favor de um projeto de conscientização, mobilização, organização e reivindicação com relação à importância do atendimento ao período da Pré-Escola e entender a quem realmente esse projeto se destina. Além disso, faz-se necessário fugir do estabelecido e ousar transformar, saber interromper o processo de alienação, constantemente presente nas práticas das nossas escolas infantis de forma que essa mudança contribua para que a família se perceba como interlocutora e não apenas consumidora dos serviços prestados pela escola. E, acima de tudo, ter a consciência de que a participação nas decisões e nos assuntos comunitários pode auxiliar a autoconfiança dos sujeitos envolvidos no processo de forma a transformá-los de simples e meros espectadores em construtores e agentes. É importante buscar saber o que significa, afinal, este papel de formação do cidadão tão amplamente difundido e defendido e se tal papel existe, de fato, ou é mera ficção. Finalmente, é necessário saber que tipo de formação é proporcionada aos professores e especialistas que atuam nesse nível de ensino e que relações são permitidas e consentidas à família pela escola, para que esta esteja apta a buscar respostas para essas, ou algumas dessas, questões.

REFERÊNCIAS

1. ABRAMOVAY, Miriam; KRAMER, Sônia. O rei está nu: um debate sobre as funções da pré-escola. *Cadernos Cedes*, São Paulo, n. 9, 1987.
2. ALMEIDA, Angela Mendes de. *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRJ, 1987.
3. ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
4. BALLONE, Geraldo José. *A pré-escola como programa de instrução*. Paulínia: Prefeitura Municipal de Paulínia, 1980.
5. BENJAMIM, Walter. *Reflexões: a criança, o brincar, a educação*. São Paulo: Summus, 1984.
6. CAMPOS, Maria M. Malta. *Profissionais de Creche*. *Cadernos Cedes*, São Paulo, n. 9, 1987, p. 63.
7. D'ANTOLA, Arlette (coord.). *A participação de mães na pré-escola. A monitoria de mães em questão*. São Paulo: Pioneira, 1983.
8. DIDONET, Vital. *A participação das mães como fator de qualidade nos serviços de atendimento ao pré-escolar*. In: BRASIL.. Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus. *Textos sobre educação pré-escolar*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1981. (Educação Pré-Escolar).
9. GARCIA, Regina Leite. *Revisitando a pré-escola*. São Paulo: Cortez, 1993.
10. GUAZZELLI, Ecléa T. Fernandes. *A criança marginalizada e o atendimento pré-escolar*. Porto Alegre: Globo, 1979.
11. KRAMER, Sônia (coord.). *Com a pré-escola nas mãos. Uma alternativa curricular para a educação infantil*. São Paulo: Ática, 1993.
12. KRAMER, Sônia. *A política do pré-escolar no Brasil. A arte do disfarce*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.
13. MANACORDA, Mário Alighiero. *História da Educação. Da antiguidade aos nossos dias*. São Paulo: Cortez, 1989.
14. OLIVEIRA, Zilma de Moraes et al. *Creches. Crianças, faz-de-conta e cia*. Petrópolis: Vozes, 1992.
15. OSTROWER, Fayga. *Criatividade e processos de criação*. Rio de Janeiro: Imago, 1977.
16. PASTORE, José. *Mudança social e pobreza no Brasil: 1970-1980. O que ocorreu com a família brasileira?*. São Paulo: Pioneira/Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 1983.
17. PRADO, Danda. *O que é família?* S. Paulo: Brasiliense, 1989. (Coleção Primeiros Passos).

-
18. ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação do Brasil (1930/1973)*. Petrópolis: Vozes, 1980.
 19. SALDIAS, Graciela Rodrigues. *Escolas infantis, por que?* In: GROSSI, E. P. *Paixão de aprender*. Petrópolis: Vozes, 1992.
 20. THIESSEN, Maria Lúcia; BEAL, Ana Rosa. *Pré-escola. Tempo de educar*. São Paulo: Ática, 1987.

